

DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO ACADÊMICA

Juremir Machado da Silva*

Resumo

Este estudo aborda a questão da internacionalização acadêmica, ou internacionalização da ciência, especialmente no que se refere às Ciências Sociais, como estratégia política dos países ocidentais. Examina aspectos como a hegemonia da língua inglesa, o estabelecimento de métricas controvertidas de avaliação, a uniformização dos procedimentos de produção acadêmica, os perigos dessa política para a liberdade de pesquisa e para a defesa da diversidade e das especificidades de cada domínio de conhecimento.

Palavras-chave: Ciências Sociais; internacionalização; pesquisa; globalização; universidade; comunicação

1. Ideais e razões da internacionalização

Tudo é narrativa. A ciência também conta sobre si e para si uma história. Não basta, porém, convencer os convencidos ou, como se diz, pregar para os convertidos. A narrativa sobre a grandeza da ciência precisa ser contada também para o grande público, o dito homem comum, aquele que se beneficia com os avanços

* Doutorado em Sociologia da Cultura pela Universidade de Paris V, René Descartes, em 1995, é Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Estuda a sociologia dos média, do imaginário e as relações entre a cultura, comunicação e tecnologia. É investigador do CNPq do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUCRS. Publicou, entre outras obras, *A miséria do jornalismo brasileiro* (2000), *As Tecnologias do imaginário* (2003), *O que pesquisar quer dizer* (2010), *História regional da infância – o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras, ou como se produzem os imaginários* (2010), *Vozes da Legalidade: política e imaginário na era do rádio* (2011) e *Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social* (2017).

E-mail: juremir@pucrs.br.

da ciência, mas permanece estranho ou indiferente aos seus mistérios. É o que se chama de vulgarização. Dependendo do narrador, essa história pode ser mais ou menos épica. Não deixa de ser interessante notar que os “cientistas” podem ser sensíveis às mesmas mitologias que seduzem os leigos. A narrativa padrão sobre ciência sugere que praticamente tudo nela se faz em nome da verdade e do bem por cientistas cujo único interesse seria o triunfo do esclarecimento, da razão e do melhor argumento.

Internacionalizar é a palavra de ordem no mundo acadêmico deste começo de século XXI. Em princípio, trata-se de uma abertura de horizontes e de novas janelas para intercâmbio, compartilhamento de conhecimentos e interação livre e transparente entre cientistas do mundo inteiro. Internacionalizar soa como um canto doce contra os fechamentos, os nacionalismos, os chauvinismos e toda sorte de obstáculos à troca de saberes. Internacionalizar eleva-se como um ideal emancipador, iluminista, iluminado e absolutamente moderno. Internacionalizar, enfim, é um hino entoado por quem ousa saber.

Karl Popper, sem estar focado nesse tema, num tempo em que a palavra internacionalização ainda não era um mantra, pode ter dado o pontapé inicial – ou fornecido mais um argumento – para a fixação dessa ideia que acompanha a ciência praticamente desde sempre: “Nossa civilização ocidental teve início com os gregos. Foram, eles, parece, a dar o passo do tribalismo para o humanitarismo. Consideremos o que isso significa” (Popper, 1974, p. 187). As considerações de Popper ficarão de lado. Outras, pretensamente mais adequadas para esta discussão, serão tecidas aqui. Seria a internacionalização o novo humanitarismo? Ou mais um passo na ruptura com o isolamento tribal das nações e das línguas, que prejudicam a livre circulação de ideias e o intercâmbio de saber? O humanitarismo seria justamente o fim do isolamento?

A bandeira da internacionalização tremula nos mastros universitários de países comprometidos com democracia, liberdade e conhecimento à disposição de todos. Quem poderia se opor a uma proposta tão generosa? Como fazer ressalvas a uma utopia transformada em políticas de Estado e de organismos supranacionais? Estudantes, professores e pesquisadores são estimulados a viajar, a trocar informações, a trabalhar em colaboração com colegas de países e instituições diversos. Recursos são disponibilizados para financiar bolsas de estudo no estrangeiro e de pesquisas compartilhadas com investigadores de laboratórios e centros de excelência situados por toda parte. O Brasil apostou, com êxito, no programa “Ciência sem Fronteiras”, para espalhar jovens pelo mundo. A internacionalização

faz sonhar, ajuda a transferir conhecimentos e a criar redes de saber. Na era da rede, esse ainda novo mundo da Internet, a ciência só pode se pautar pela noção vasta de entrelaçamento de nós.

Poderia, no entanto, por trás dessa operação generosa de interconexão epistemológica esconder-se alguma armadilha? O físico Paul Feyerabend notabilizou-se por sua desconfiança em relação a tudo o que, como um manual de procedimentos, limita a liberdade absoluta de produção do conhecimento:

O racionalismo crítico, a metodologia positivista mais liberal hoje existente, ou é uma ideia penetrada de significado ou não passa de uma coleção de frases feitas (como ‘verdade’, ‘integridade profissional’, ‘honestidade intelectual’, e assim por diante, que têm por objetivo intimidar oponentes pusilânimes. (Feyerabend, 1977, p. 269)¹

Seria a internacionalização uma “ideia penetrada de significado” ou uma “coleção de frases feitas”, para deslumbrar convertidos, ou intimidar “opponentes pusilânimes”? Esse questionamento é uma hipótese *ad hoc*, com um tom provocativo – de acordo com o espírito defendido pelo próprio Feyerabend, de levar certas possibilidades ao extremo para testar a razoabilidade do senso comum.

A provocação deve fazer a vocação da coisa vir à tona. Feyerabend segue as suas recomendações e pergunta: “quem teria coragem ou mesmo perspicácia para declarar que talvez a ‘verdade’ não seja importante e talvez chegue a ser indesejável” (Feyerabend, 1977, p. 269-270). A verdade em si não será questionada aqui. Como diriam os franceses, há outros gatos para chicotear. Mas nem tanto. A questão é mais de formulação. Alguém poderia ter a coragem ou a perspicácia de questionar a ‘verdade’ da internacionalização? Alguém seria capaz de considerá-la pouco importante ou, em certas condições, indesejável? Seria possível e desejável analisar o que está proposto como internacionalização? Haveria algum desvio em relação à ideia original, ou a esse princípio grego humanitarista e de ruptura com a tribo?

A internacionalização já deixou de ser apenas uma utopia, ou um ideal, para se materializar em procedimentos técnicos, burocráticos e em vetores de avaliação de desempenho. Virou meta. Em cada país é possível coletar e ouvir relatos sobre o emaranhado de normas, oriundo dos sistemas de internacionalização. Um

1 Sobre os efeitos que a metodologia positivista está a ter na produção científica das Ciências Sociais e Humanas, ver, também, “As Ciências Sociais e a política científica” (Martins, 2008); “A política científica e tecnológica em Portugal e as Ciências da Comunicação: prioridades e indecisões” (Martins, 2012); e “A liberdade académica e os seus inimigos” (2015 b).

pálido exemplo. O chamado “Documento de Área 2013”, que regeu a avaliação da pós-graduação brasileira em Comunicação no triênio 2010-2012, registra: “A internacionalização é uma questão estratégica para a educação superior e a pesquisa brasileira”². Para alcançar as notas seis e sete (máximas na escala de avaliação dos programas brasileiros de pós-graduação), é preciso ter “internacionalização e liderança”.

A hipótese ganha sua configuração: estaria o ideal da internacionalização, como intercâmbio generoso de saberes, sendo solapado por uma operação burocrática de estabelecimento de regras e critérios de avaliação acadêmicos e de produção de *ranking*? Em outras palavras: por trás da abertura de horizontes e de janelas haveria um fechamento normativo, normalizador e circular. Nesse sentido, o bom é a internacionalização, porque a internacionalização é boa. Algo que obriga a perguntar: o que é na prática a internacionalização? O que se pede e espera dos processos de internacionalização? Como a internacionalização é usada na gestão das práticas acadêmicas?

2. Internacionalização e globalização

Vastas ambições e grandes problemas. A internacionalização tem seus valores, suas crenças, seu discurso, sua gramática e sua língua. O inglês tornou-se o “esperanto” da ciência. Virou clichê dizer que o inglês é a língua da ciência. Agências nacionais de fomento lançam editais de pesquisa, para distribuição de recursos, e fixam, como critério de seleção, entre os tantos parâmetros para o financiamento de projetos de parcerias internacionais, que os visitantes, vindos de qualquer país, devam dar aulas em inglês. É o que diz, por exemplo, o edital de internacionalização 10/2014, montado em conjunto pela CAPES, organismo brasileiro do Ministério da Educação, e a FAPERGS, agência de fomento do Estado do Rio Grande do Sul: “Plano detalhado das atividades dos candidatos às missões diretamente relacionadas à execução da proposta, incluindo obrigatoriamente a participação de pesquisador estrangeiro em atividade de ensino a ser realizada em língua inglesa no programa de pós-graduação no RS”³. Em outro momento,

2 “Documento de Área 2013” (avaliação da pós-graduação brasileira em Comunicação no triênio 2010-2012). Retirado de: www.capes.gov.br/avaliacao. Consulta a 18.08.2017.

3 Edital de internacionalização 10/2014 (CAPES e a Fapergs). Retirado de: <http://www.fapergs.rs.gov.br/editais>. Consulta a 18.08.2017.

o mesmo edital flexibiliza: “Ministrar cursos e ou conferências que venham a contribuir para a carga horária dos alunos do programa de pós-graduação, em língua estrangeira, preferencialmente em inglês”⁴.

Um observador estranho ao imaginário atual da ciência poderia questionar ingenuamente: “Por que um francês, um espanhol ou um português deveriam dar aulas em inglês para um brasileiro?” A resposta, embora não explicitada, parece ser simples: porque os processos de internacionalização devem, em todas as suas instâncias, fortalecer a ideia de internacionalização na sua “essência”. Se o inglês é a língua da ciência – e ciência é internacionalização –, a internacionalização deve acontecer em inglês. Deve servir também para aperfeiçoar o domínio do inglês por estudantes e professores. Nada contra o inglês. A ciência e os cientistas, contudo, precisam estar cientes do papel que desempenham no enfraquecimento das línguas nacionais. Se economia (negócios), diplomacia e ciência se fazem em inglês, o patrimônio da diversidade linguística não fica ameaçado ou fragilizado? Essa pergunta costuma ser descartada rapidamente, como um sinal de nacionalismo retrógrado, ou de falta de domínio da língua inglesa. Ainda que essas hipóteses sejam pertinentes e prospectivas, a questão da diversidade também tem a sua validade. Salvo se outro ideal ou utopia, o de uma comunidade linguística internacional unificada pelo inglês, estiver sendo implementado pela diplomacia, pelos negócios e, cada vez mais, pela ciência em todos os degraus, da formação universitária aos campos de pesquisa e produção de saber.

A internacionalização acadêmica ganhou forças em tempos ditos de globalização. Por globalização entende-se um processo de contração de distâncias, eliminação de fronteiras e padronização de certos métodos e procedimentos. A lógica da globalização é fortemente unificadora. O inglês é a língua da globalização. O círculo fecha-se. Isso não implica automaticamente uma reprovação a essa dinâmica. Do ponto de vista, por exemplo, da lógica dos negócios, que parece envolver também a ciência, essa sistemática tem mostrado ser eficaz. A indústria do turismo alimenta-se dessa circulação sem fronteiras, mas, ao mesmo tempo, precisa da diferença e do local como produtos a serem consumidos. Por que se viajaria para ver, ouvir, comer e beber o que já se tem em casa? Essas contradições não param de inquietar uns e outros. Ainda no espírito de Feyerabend (1977), defensor de um “anarquismo epistemológico”, pode-se perguntar, desajeitadamente: padronizar traz mais benefícios do que prejuízos? Há riscos importantes de

4 *Ibidem*. Retirado de <http://www.fapergs.rs.gov.br/editais>. Consulta a 18.08.2017.

perda da diversidade? O que vale para o turismo, negócio cada vez mais rentável, deve valer também para a ciência?⁵

3. Internacionalização como critério de avaliação

Difícilmente um espírito razoável contestará o valor da internacionalização como ciência sem fronteiras. Materiais publicados em jornais brasileiros indicam, no entanto, que pode acontecer um desvirtuamento dessa ideia aparentemente irretocável. O título de uma reportagem do jornal *O Globo* é sintomático: “Universidades brasileiras sofrem para aparecerem em *rankings* internacionais”. A ênfase na hierarquização dos *rankings* tornou-se uma obsessão governamental, compartilhada com a imprensa e com os próprios acadêmicos. Os critérios de classificação, de certo modo, são aceitos como objetivos e indiscutíveis, ainda que passíveis de comentários. A linha de apoio ao título citado remete para o incontornável problema da língua: “O idioma é um dos maiores entraves para a abertura das instituições do país para o mundo, o que se reflete nas avaliações” (*O Globo*, 07/12/2014, p. 34).

Em outras palavras, o Brasil não se posiciona bem nos rankings acadêmicos internacionais, porque não fala inglês nas suas universidades. Uma cadeia fica estabelecida: abertura para o mundo = internacionalização = boas avaliações = bom posicionamento nos *rankings* internacionais = predomínio da língua inglesa. Uma ideologia de naturalização dessa equação encontra apoio em exemplos empíricos. Uma professora alemã, especialista em matemática, precisou de ajuda da comissão de seleção para ser aprovada numa universidade brasileira, quando teve dificuldades para se expressar em português. Ao jornal *O Globo*, a candidata, examinando o que lhe aconteceu, sugeriu uma alteração de procedimentos: “Eu tinha uma noção ainda superficial do português. Poderia haver, por exemplo, uma prova de língua inglesa para ingressar e, depois de um certo tempo, um teste de proficiência no idioma local. Ainda mais em matemática, que tem uma linguagem própria. Muitas universidades já fazem isso” (*O Globo*, *ibidem*). Parece bem razoável.

5 Sobre a diversidade linguística, ver “Interfaces da Lusofonia” (Martins *et alii*, Eds., 2014); e “Os Estudos Culturais como novas Humanidades” (Martins, 2015 c). O ponto de vista de Moisés de Lemos Martins é o de contrariar aquilo a que chama “globalização cosmopolita”, feita pelo uso exclusivo do inglês, pela contraposição daquilo a que chama “globalização multiculturalista” (Martins, 2011, 2015 a).

Essa proposta, porém, não encontrou inicialmente respaldo da alta administração da universidade em questão, quando da realização de novo concurso para professor titular. A justificativa dada foi clara e direta: “Ninguém é contra a internacionalização. Pressupomos que o professor entre na universidade e vá dar aulas na graduação. Se ele não domina a língua nativa, não pode cumprir esse papel” (*O Globo, ibidem*). Essa observação, que também não pode ser acusada de faltar com o bom senso, foi rebatida pelo autor da reportagem em tom imperativo: “O idioma é um dos maiores entraves para a abertura de nossas instituições ao mundo, algo que se reflete claramente nos *rankings* internacionais de avaliação das universidades. A pouca internacionalização sempre tira preciosos pontos” (*O Globo, ibidem*).

Passa-se de um registro a outro. A internacionalização torna-se importante, por dar pontos capazes de levar a uma melhor posição num *ranking*. Fica sugerido que o fundamental é estar bem colocado no sistema classificatório. A internacionalização ganha outro caráter. Se a língua nacional é um obstáculo para a conquista de pontos, deve ser sacrificada. Aulas, artigos e projetos devem ser apresentados em inglês. Dito assim, ainda pode parecer aceitável. Cabe ver mais.

A reportagem do jornal *O Globo* amparava-se num estudo feito pela consultoria britânica Times Higher Education (THE), segundo o qual o Brasil “só teve quatro representantes entre as 100 melhores universidades do grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e de todo o mundo emergente” (*O Globo, ibidem*). O jornalista enfatizou:

Embora ostente a segunda maior economia dos Brics, o país é o último em número de instituições entre as melhores. Os chineses têm nada menos que 27 representantes na tabela, seguidos pelos indianos, com 11, pela Rússia (com sete) e pela África do Sul (cinco). O grande destaque do ano ficou com a Turquia, com oito universidades entre as 100 melhores, incluindo a Universidade Técnica do Oriente Médio, em 3.^o lugar (*O Globo, ibidem*).

Por que tudo isso? O que explica o fracasso brasileiro? A resposta faz pensar: “Isso ocorre porque essas universidades oferecem, além dos cursos em suas línguas, aulas em inglês” (*O Globo, ibidem*).

O problema não está na qualidade do ensino e da pesquisa brasileiros, mas no fato de que as aulas não são ministradas em inglês. O critério de classificação torna-se mais importante do que a qualidade possível do que é classificado. Falar

para “fora” ou abrir-se para os de “fora” converte-se em parâmetro. Se essa perspectiva for levada ao extremo, como hipótese *ad hoc*, mais uma vez tomando-se em consideração o ponto de vista metodológico de Paul Feyerabend, as universidades do mundo inteiro, para serem bem classificadas, tenderão a abrir mão das línguas nacionais e a operar em inglês. O que isso significaria? O que isso significará? Exagero? Possivelmente.

A reportagem do jornal *O Globo* focaliza outro aspecto: o baixo número de estrangeiros nas universidades brasileiras: “Desde 1977 no Brasil, onde chegou como professor visitante na Universidade Federal da Bahia (UFBA), o americano Robert Verhine é um dos educadores mais críticos ao ensino superior brasileiro nessa questão. Segundo ele, ainda há no país uma cultura de que as universidades públicas sejam direcionadas exclusivamente para o povo local, excluindo assim quem vem de fora” (*O Globo, ibidem*). O professor citado, referindo-se à situação da Bahia, ataca: “Nossa maior universidade, a que mais tem capacidade de atração, tem apenas 2% de alunos estrangeiros. Não atraímos porque temos uma mentalidade de que a universidade brasileira é para brasileiros, em vista do déficit histórico de vagas” (*O Globo, ibidem*). Por que a universidade brasileira não deveria ser, antes de tudo, para os brasileiros? Por que ter muitos estrangeiros é sinal de qualidade?

Cabe observar que discutir essa valorização em si não deve ser confundido com chauvinismo ou fechamento aos “de fora”. Não existe, nem deve existir, qualquer interdição à vinda de estrangeiros para as universidades brasileiras. Há, com certeza, excesso de burocracia. A reportagem de *O Globo* conclui: “Na UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro], que vetou provas em idiomas estrangeiros, apenas 1040 estudantes em um universo de mais de 57 mil não são brasileiros, ou 1,8%. Já professores representam um percentual um pouco maior: 3,9% de quatro mil” (*O Globo, 07/12/2014, p. 34*). Neste ponto, não é desmedido ousar questionar ou provocar: a obsessão atual pela atração de estrangeiros por universidades europeias e norte-americanas tem a ver, acima de tudo, com um ideal científico, ou com um modelo de negócios rentável?

Um texto publicado no site do jornal *Folha de S. Paulo* havia enfocado o mesmo tema algum tempo antes com o título: “Por que as universidades brasileiras vão tão mal nos rankings internacionais?”⁶. A autora começou em tom

6 *Folha de São Paulo*. Por Sabine 02/10/13 20:34. Retirado de: <http://abecedario.blogfolha.uol.com.br/2013/10/02/por-que-as-universidades-brasileiras-va-ao-mal-nos-rankings-internacionais/>. Acedido a 18.08.2017.

alarmante: “USP [Universidade de São Paulo] e Unicamp [Universidade de Campinas] despencaram no *ranking* universitário internacional lançado hoje pelo THE (Times Higher Education), o principal da atualidade. A USP, única do Brasil que figurava entre as 200 melhores do mundo, passou de 158.^o lugar em 2012 para o grupo de 226.^o a 250.^o”. Norte-americanos dominam o ranking. Britânicos também aparecem muito bem colocados. Agravante: “O Brasil foi o único país que saiu do grupo de países com universidades entre as 200 melhores do mundo. Noruega, Espanha e Turquia entraram para o grupo de elite”. Por quê? O ensino na Noruega, na Espanha e na Turquia são superiores ao praticado no Brasil? Em que sentido?

A autora alerta: “Não dá para colocar a culpa na metodologia, que não mudou do ano passado para a atual edição”. O que houve? Como se trata de um blog, a resposta vem em tom coloquial: “O problema, ao que parece, é a falta de inglês nos corredores acadêmicos”. A falta de gente de fora derruba o Brasil. A observação seguinte parece mais inquietante: “Como publicamos trabalhos científicos essencialmente em português, quem não fala a nossa língua não consegue nos ler e nem nos citar – algo essencial na atividade científica. E assim, despencamos”. E se as pesquisas, apesar de pouco citadas, forem altamente qualificadas? Por que um especialista em História do Brasil deveria ser muito citado por pesquisadores canadenses ou noruegueses?

Essas questões, eivadas até de certa ingenuidade, servem para acirrar a discussão. Não se pretende, vale repetir, contestar radicalmente algo que tem qualidades evidentes e muitos resultados positivos. A proposta é refletir sobre possíveis desvios e efeitos perversos do modelo em voga. Não haveria em tudo isso até mesmo um efeito de moda, um efeito de classificação, alastrando-se como um jogo perverso por servir ao *marketing* acadêmico e aos índices de governos sedentos de estatísticas capazes de encantar os meios de comunicação?

O texto do blog na *Folha de S. Paulo* completa: “Não falar inglês prejudicou também outros indicadores, como ‘internacionalização’. Temos poucas aulas em inglês e, conseqüentemente, temos poucos alunos e poucos professores estrangeiros — um dos indicadores em avaliações como o THE. Na Unicamp, a queda do indicador ‘internacionalização’ de 20,9% para 19% foi um dos motivos que levaram a universidade para o fim da fila”. Um leitor radical poderia questionar vários pontos: para que fazer *rankings*? Ele seria considerado um inimigo da meritocracia, a base explícita ou implícita de todos esses sistemas classificatórios. Na mesma linha, poderia atrever-se a perguntar: e se a internacionalização, enfatizando

número de estrangeiros numa instituição e aulas em inglês, não passar de um critério de classificação na medida em que classificar se tornou um fim em si?

Paul Feyerabend acentua que na ciência também há mito e propaganda: “Os cientistas não se contentam com dirigir suas ideias, de acordo com o que entendem ser as regras do método científico: desejam dar universalidade a essas regras, querem que elas se tornem parte da sociedade e valem-se de todos os meios de que dispõem – argumento, propaganda, táticas de pressão, intimidação, ações de grupos – a fim de atingir seus objetivos” (Feyerabend, 1977, p. 341). Não é difícil se sentir intimidado pelas táticas de pressão dos grupos legitimados, quando se faz alguma ressalva aos novos dogmas racionalizados como os da internacionalização classificatória e do inglês como esperanto científico emancipador e unificador.

O problema, se problema pode haver, ainda segundo Paul Feyerabend, é que “as concepções dos cientistas e, especialmente, as concepções que têm acerca de questões fundamentais são, frequentes vezes, tão diferentes entre si quanto as ideologias subjacentes a culturas diversas” (Feyerabend, 1977, p. 401). É possível, quanto a isso, que as ideias de Paul Feyerabend tenham sido ultrapassadas e que as posições dos cientistas sobre questões fundamentais sejam tão iguais entre si quanto as poucas ideologias subjacentes às diversas culturas.

Como a proposta aqui não é dar respostas nem provocar tumulto ou aborrecimento nos que trabalham pela derrubada de fronteiras e de obstáculos à livre circulação de conhecimento, mas apenas suscitar debate, não custa lembrar que todos os sistemas de classificação são bons. Está provado. São bons para classificar. Não se pode, entretanto, jogar a criança fora com a água da bacia⁷. A internacionalização precisa, talvez, ser salva das manobras classificatórias que poderão reduzi-la a uma distopia assustadora⁸.

7 Sobre a avaliação científica, ver “A liberdade acadêmica e os seus inimigos” (Martins, 2015 b).

8 Em 20 de dezembro de 2014, o jornal *O Globo* voltou ao assunto com o título “UFRJ volta atrás e fará provas em diversos idiomas para contratação de professores estrangeiros”. Explicação: A decisão foi tomada após reportagem de *O Globo* mostrar que o idioma é um dos maiores entraves para a abertura das instituições brasileiras ao mundo, algo que se reflete negativamente nos rankings internacionais de avaliação das universidades devido à pouca internacionalização. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/ufrj-volta-atras-fara-provas-em-outros-idiomas-para-contratacao-de-professores-estrangeiros-14876457>. Consultado a 18.08.2017.

4. A internacionalização distorcida

Naturalmente que a valorização do número de estrangeiros numa universidade pode ser tomada apenas como um indicativo da sua abertura para o mundo. Acontece que uma instituição, em tese, também poderia ou pode ser excelente, num determinado domínio, sem ter estrangeiros. Em que sentido a qualidade dos estudos sobre a literatura escrita em português pode depender da sua recepção em língua inglesa? Sofisma? Primarismo? Malabarismos nacionalistas? Ou, ao contrário, pistas para o desmascaramento de uma situação curiosa: a internacionalização acadêmica como mecanismo de legitimação institucional e de estímulo à competição por meio dos rankings? Por trás da internacionalização está o ideal da cooperação ou a febre da competição desenfreada e útil à lógica do *marketing* e dos negócios⁹?

Nunca será demais enfatizar que o problema não é a internacionalização em si, mas a forma como vem sendo praticada. Flavia Melville Paiva, da Universidade do Mato Grosso do Sul (UFMS), no texto “A avaliação da internacionalização da pesquisa científica e da pós-graduação no Brasil”¹⁰, observa: “Considerando as demandas do capital cada vez mais internacionalizado, coloca-se a dúvida de como os programas de pós-graduação respondem às necessidades do mercado, por meio das políticas que incentivam, pressionam, fortalecem ou não a internacionalização da pós-graduação”. O mercado surge como mediador, instigador, beneficiário dessa internacionalização¹¹.

A autora complementa: “Em que sentido tem se dado a interação entre pesquisadores do Brasil e os pesquisadores sediados nos países hegemônicos, do ponto de vista dos interesses capitalistas?” Esse elemento nem sempre entra nas considerações “desinteressadas” das mitologias científicas. Flávia Paiva insiste: “Além disso, questões como a privatização do ensino superior no país; a democratização, massificação e interiorização do ensino superior, inclusive do ensino superior público, aliados à realidade de internacionalização do saber, ao

9 Sobre a febre da competição desenfreada e útil a que está sujeito, hoje, o ideal acadêmico da cooperação e da internacionalização, ver “A política científica e tecnológica em Portugal e as ciências da comunicação: prioridades e indecisões” (Martins, 2012).

10 Flávia Melville Paiva (2014). Disponível em: http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT5/GT5_Comunicacao/FlaviaMelvillePaiva_GT5_integral.pdf Consultado a 18.08.2017.

11 Sobre as injunções do mercado sobre o campo científico ver “A liberdade acadêmica e os seus inimigos” (Martins, 2015 b).

compartilhamento de tecnologias, à educação a distância e as novas tecnologias de informação e comunicação, são alguns dos desafios diferentes e ao mesmo tempo complementares e necessários de se balizar, quando se trata de pensar a formação de pesquisadores no contexto do século XXI”. A internacionalização não é só um ideal.

A internacionalização é incontornável e deve ser um horizonte cada vez mais próximo, mesmo para aqueles que ainda estão no começo dessa caminhada. Como toda grande ideia, contudo, pode sofrer deturpações e desvios comprometedores. A transformação de um elemento de qualificação em um critério quantitativo de avaliação tende a produzir deformações nem sempre admitidas. Uma instituição não é excelente por ser internacionalizada (ter grande número de estrangeiros ou ter o inglês como língua oficial), mas por ter na sua internacionalização um termo de qualidade, aferível por critérios internos de produção, ou intrínsecos à lógica da pesquisa científica: descobertas relevantes, oriundas de parcerias entre instituições ou pesquisadores de países diferentes; projetos inovadores compartilhados; patentes registradas derivadas de trabalho e de investigações em comum; publicações de equipes ou de indivíduos, inseridos em redes supranacionais, consideradas pelos pares como originais, diferenciadas e capazes de fazer avançar o conhecimento de determinada área. A internacionalização é meio, não fim. Não pode ser convertida simplesmente em procedimento de legitimação institucional pelo mecanismo de produção acelerada de estatísticas favoráveis¹².

Um meio convertido em fim acaba por ter as qualidades obscurecidas por defeitos que não lhe pertencem. O efeito perverso da ideologia dos rankings é obsessão por novos e sempre mais minuciosos critérios, que sirvam para incrementar os próprios ranqueamentos. A internacionalização não pode ser reduzida a um parâmetro de classificação. A sua função é produzir diferença e conhecimento.

12 Sobre os aspetos atinentes à internacionalização do conhecimento, consulte-se, também, “Comunicação ibero-americana: os desafios da internacionalização” (Martins e Oliveira, Eds., 2014); e o Vol. 3 (2) da *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, Vol. 3 (2): *Ciência e conhecimento: políticas e discursos / Science and knowledge: policies and discourses*, editado por Moisés de Lemos Martins et alii (2015/2016).

Referências bibliográficas

- FEYERABEND, P. (1977). *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- MARTINS, M. L. (2015 a). (Ed.) *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia*. Fama-lição: Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/39693>.
- MARTINS, M. L. (2015 b). A liberdade académica e os seus inimigos. *Comunicação e Sociedade*, n. 27 (pp. 405-420). Braga, CECS, Universidade do Minho. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/36695>.
- MARTINS, M. L. (2015 c). Os Estudos Culturais como novas Humanidades. *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*. Vol. 3 (1), pp. 341-361. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/40655>.
- MARTINS, M. L. (2012). A política científica e tecnológica em Portugal e as ciências da comunicação: prioridades e indecisões. In: Kunsch, M. & Melo, J. M. (Org.). *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, v. 1, pp. 331-345. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23931>.
- MARTINS, M. L. (2011). Globalization and Lusophone world. Implications for Citizenship. In Pinto, M. & Sousa, H. (Eds.) *Communication and Citizenship. Rethinking crisis and change* (pp. 75-84) (IAMCR Conference, 2010). Coimbra: Grácio/CECS. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/25344>.
- MARTINS, M. L. (2008). As Ciências Sociais e a política científica. In A. Torres & L. Baptista (Org.) *Sociedades Contemporâneas. Reflexividade e Acção* (pp. 27-29). Porto: Afrontamento. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/1059>.
- MARTINS, M. L., et alii (2015/2016). (Eds.) *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, Vol. 3 (2): *Ciência e conhecimento: políticas e discursos / Science and knowledge: policies and discourses*. Retirado de: <http://www.rlec.pt/index.php/rlec/issue/view/6>.
- MARTINS, M. L., et alii (2014). *Interfaces da Lusofonia*. Atas da Conferência “Interfaces da Lusofonia” – 4-6 de julho de 2013. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/29765>.
- MARTINS, M. L. & Oliveira, M. (2014). *Comunicação ibero-americana: os desafios da internacionalização* Livro de atas do II Congresso Mundial de Comunicação ibero-americana. 13-16 de abril de 2014. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/33031>.
- PAIVA, F. M. (2014). A avaliação da internacionalização da pesquisa científica e da pós-graduação no Brasil. Atas do IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação / VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação.

Porto, 14-16 abril de 2014. Retirado de http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT5/GT5_Comunicacao/FlaviaMelvillePaiva_GT5_integral.pdf.

SILVA, J. M. (2015/2016). Avaliação de programas de pós-graduação: um projeto incompleto. In *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, Vol. 3 (2): *Ciência e conhecimento: políticas e discursos* (pp. 33-43). Disponível em: <http://www.rlec.pt/index.php/rlec/issue/view/6/showToc>.

SILVA, J. M. (2010). *O que pesquisar quer dizer: como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da Capes*. Porto Alegre: Sulina.

SILVA, J. M. (2003). *As Tecnologias do imaginário*. Porto Alegre: Sulina.

POPPER, K. (1974). *A Sociedade aberta e seus inimigos*. São Paulo: Itatiaia.

Sites

BLOG de Folha de S. Paulo. "Por que as universidades brasileiras vão tão mal nos rankings internacionais?" (por Sabine 02/10/13 20:34. Retirado de <http://abecedario.blogfo-lha.uol.com.br/2013/10/02/por-que-as-universidades-brasileiras-vaio-tao-mal-nos-rankings-internacionais/>. Acedido a 18.08.2017.

DOCUMENTO de Área 2013 (avaliação da pós-graduação brasileira em Comunicação no triênio 2010-2012). Retirado de www.capes.gov.br/avaliacao. Acedido a 18.08.2017.

Outras obras consultadas

BOURDIEU, P. (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

CABRAL, M. S. A. (2009). *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Ed. Vozes.

DEFLEUR, M. & Ball-Rokeach, S. (1993). *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

DERRIDA, J. (1991). *Margens da filosofia*. Campinas: Papirus.

MAFFESOLI, M. (2008). *O Conhecimento comum*. Porto Alegre: Sulina.

MATTELART, A. & Mattelart, M. (1999). *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola.

MORIN, E. (1999). *O Método 3: o conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Sulina.

POPPER, K. (1993). *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo, Cultrix.

SIMMEL, G. (2008). *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

WEBER, M. (2003). *Ensaio sobre a Teoria das Ciências Sociais*. São Paulo: Centauro.

WOLTON, D. (2010). *Informar não é comunicar*. Porto Alegre: Sulina.